

ENTRAVES E DISCUSSÕES: DO LETRAMENTO DIGITAL À INCLUSÃO SOCIAL

Clara Mayara de Almeida Vasconcelos ¹
Maria Amelia Ribeiro ²

RESUMO

Tomando como base os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que pressupõem que o processo de ensino-aprendizagem caracteriza-se por ser sociointerativo, há a necessidade da utilização e contribuição das novas tecnologias no ambiente educacional, uma vez que esta faz parte do contexto no qual os sujeitos estão inseridos. No contexto em que a sociedade se encontra, observa-se que a mesma se caracteriza pelo incomensurável desenvolvimento tecnológico e científico, o que faz com que se torne indispensável a utilização de tecnologias digitais no contexto educacional como forma de tanto auxiliar o professor no processo de mediação do conhecimento, como também a necessidade de considerar o ambiente sociocultural que envolve os agentes desse processo para que haja a inclusão social. Desta forma, nota-se o caráter democrático que as novas tecnologias promovem no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que esta ferramenta não é uma prerrogativa apenas de classes sociais mais abastadas. A partir disso, compreende-se que a prática letrada mediada por tecnologias digitais é algo recorrente no cotidiano dos discentes e que a escola não pode ignorá-las. Levando em consideração estes fatos, relacionando-os à aquisição da linguagem escrita, objetiva-se, neste trabalho, promover uma discussão teórica acerca da relação entre as novas tecnologias e a inclusão social por meio do letramento digital, partindo de uma pesquisa de caráter qualitativo e de revisão bibliográfica, a partir de trabalhos prévios já desenvolvidos acerca da temática aqui em estudo.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Inclusão social.

INTRODUÇÃO

Ao observar a conjuntura do ensino no Brasil, apreende-se que este não se baseia nas necessidades que o contexto nacional apresenta de acordo com a diversidade social, cultural e econômica que as regiões possui. Ao considerar as transformações constantes pelas quais a sociedade passa desde a globalização, quando as telecomunicações “encurtaram” as distâncias entre as sociedades ao redor do planeta, torna-se necessário repensar os pilares da educação nacional que têm como ase modelos internacionais.

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade - PPGLI na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Mestre em Letra pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Graduado em Letras – pela Universidade Estadual da Paraíba UEPB. E-mail: claramay.vasconcelos@gmail.com.

² Licenciada em pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba/Campus III. Especialista em Literatura e Ensino pelo Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Rio Grande do Norte. Especialista em Educação e Políticas Públicas/UEPB-Campus III. E-mail: ameliars2010@hotmail.com.

Destarte, o primeiro passo para a promoção da inclusão no Brasil é considerar, no processo de ensino-aprendizagem, as diferenças étnicas, socioeconômicas, históricas e culturais que os modelos estrangeiros, adotados no planejamento educacional nacional não abarcam.

A necessidade de utilização de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem é um tema recorrente em trabalhos científicos e discussões em cursos de graduação quando se trata da prática de ensino que seria eficaz de acordo com o desenvolvimento tecnológico e científico contemporâneo da sociedade, haja vista a necessidade do sistema educacional de acompanhar a constante evolução e aprimoramento a passos largos que a tecnologia apresenta.

Embora seja muito discutido, pouco ainda se é praticado, pois o contexto atual não condiz mais com discussões acerca da implementação ou não das tecnologias no ambiente escolar, ou se elas devem ou não fazer parte da prática de ensino do docente, mas sim que a tecnologia deve promover a interação social do discente para que este possa se desenvolver e se integrar de forma plena na sociedade. Isto se dá, especialmente, quando se observa como a Internet se tornou uma ferramenta/recurso capaz de aproximar pessoas de diferentes lugares e também de integrar o sujeito ao meio social atualmente, independentemente de classe social, haja vista que:

a internet, por ser um meio de comunicação ‘todos-todos’, um rizoma, dada sua grande complexidade, todos podem participar assiduamente como quiserem, fazendo parte da cadeia produtiva de forma autônoma e interdependente dos outros milhões de internautas que fazem acontecer simultaneamente (AMARAL, 2009, p. 38 apud AMARAL, 2013, p. 10).

Mas como isto ocorre? Talvez essa seja a questão norteadora dessa discussão, pois leva o pesquisador a refletir acerca das possibilidades de promoção da inclusão social que devem partir do ambiente educacional.

Tendo em vista essas considerações e o fato que o não domínio das novas tecnologias podem deixar à margem da sociedade aquele sujeito que não possui o conhecimento necessário para a sua utilização, sendo duplamente excluído – social e digitalmente –, este trabalho tora-se indispensável para promover uma reflexão acerca do imperativo que é o letramento digital como ferramenta de inclusão social, haja vista que o grafocentrismo, característico do âmbito social, agora dá espaço também para o

letramento digital, pois a demanda social requer tanto o domínio da escrita quanto o da tecnologia.

METODOLOGIA

Partindo de reflexões acerca da necessidade inclusão social por meio da promoção do letramento digital, com base nas demandas da sociedade contemporânea, o presente artigo se caracteriza como uma pesquisa de cunho bibliográfico por meio de estudo exploratório. Pois busca, consoante Gil (2002, p. 61), promover maior familiaridade ao pesquisador sobre a área de estudo em questão.

Por meio do tema escolhido e dos objetivos aqui propostos, a relevância teórica desta pesquisa contribuirá para a compreensão, sob um ponto de vista social, de um dos fatores que deixa inúmeros sujeitos sociais fora do mercado de trabalho por não dominar esta prática letrada essencial na sociedade coeva, em que o armazenamento e o processamento de informações se dão de forma e em ritmo diferentes das tecnologias analógicas. Para tanto, serão promovidas leituras analíticas e seletivas acerca do tema aqui em estudo, uma vez que:

A finalidade da leitura analítica é a de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa. A leitura seletiva é de natureza crítica, porém deve ser desenvolvida com bastante objetividade. É importante que se penetre no texto com a profundidade suficiente para identificar as intenções do autor; [...] (GIL, 2002, p. 78).

Sendo assim, a partir das contribuições de Amaral (2009), Castells (2000), Fonseca (2005), Libâneo (1998) e Rodrigues (2007) entre outros, estruturar-se-á a fundamentação teórica deste trabalho para fins de validar as reflexões e asseverações aqui realizadas acerca do imperativo de utilizar o letramento digital como meio de proporcionar a inclusão social na sociedade da informação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O que é inclusão? Quando se trata de inclusão no contexto educacional, é necessário compreender que a concepção de uma educação inclusiva vai depender dos modelos educacionais de cada país e como ele se estrutura, fato este que pode ir desde a

necessidade de atender alunos com deficiências físicas, visuais, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outros, até a necessidade de inclusão de discentes que, por qualquer outro motivo, encontram-se à margem da sociedade, como adolescentes que se toraram mães, ou adultos que não se alfabetizaram na idade certa; entre outros fatores que impliquem em alguma dificuldade para que o agente social possa se inserir plenamente no meio. Opta-se, então, neste trabalho, seguir a assertiva de Rodrigues (2007, p. 35), o qual afirma que:

um modelo educacional que promove a educação conjunta de todos os alunos, independentemente das suas capacidades ou estatuto socioeconómico. A EI tem por objectivo alterar as práticas tradicionais, removendo barreiras à aprendizagem e valorizando as singularidades dos alunos.

Sendo assim, uma educação inclusiva é aquela que faz por ode remover qualquer empecilho ao aprendizado dos discentes; é aquela que dirime qualquer obstáculo que se apresente durante o processo de ensino-aprendizagem e que ajuda o sujeito social a se integrar no contexto sócio-histórico-cultural ao qual pertence.

Entretanto, para que essa integração social possa acontecer, é necessário que o indivíduo possa decodificar e processar os códigos que o “bombardeiam” a todo o momento. Estes códigos, por sua vez, podem pertencer a diferentes campos semióticos, ou seja, podem ser verbais ou não verbais, os quais são veiculados nos diferentes tipos de mídia existentes.

A nova forma de lidar com a rapidez como a informação chega às pessoas e como o conhecimento que é produzido a partir dela não permite/admite mais que os agentes sociais sejam excluídos do meio em que estão inseridos, pois:

a exclusão social poderá ser entendida então, como a impossibilidade de acesso a alguns direitos sociais básicos, o que gera para as pessoas que se encontram nesta situação, uma condição de sub-cidadãos, ou seja, pessoas sem possibilidade de exercer seus direitos, de consumir, ou mesmo sem recursos para a superação desta condição. (FONSECA, 2005, p. 15)

É nesse contexto de não privação dos elementos básicos que garantem a cidadania plena de uma pessoa que se torna necessário estender ao ambiente escolar às novas tecnologias digitais como parte do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que ao mesmo tempo que a tecnologia pode ser uma ferramenta democrática que promove a

interação social; esta também pode produzir os seus excluídos, em outras palavras, quem não está apto a utilizá-la, ficará à margem.

Por sua vez, no que concerne ao letramento, com base nestes fatos e na apreensão de que sociedade não é mais caracterizada como grafocêntrica quando se trata de inclusão social, requer-se, então, que a sociedade letrada seja capaz de ultrapassar os obstáculos que se apresentam hodiernamente aos sujeitos no que se trata à produção de conhecimentos e solução desses obstáculos. Para tanto, o letramento se apresenta como um exercício de decodificação associada à prática social, por meio do qual o sujeito faz uso da linguagem para fins sociais.

Embora alguns autores tentem dissociar a alfabetização do letramento, Magda Soares (2003, p. 86) afirma que:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita - a alfabetização - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.

Dessa maneira, o próprio conceito de letramento está vinculado à concepção de inclusão. Fazer uso da aquisição da linguagem em práticas sociais que envolvem o código linguístico escrito pressupõe a integração do sujeito social ao meio sociohistórico no qual é agente. Essa relação entre letramento, novas tecnologias e inclusão social direciona essa discussão à afirmação de Libâneo (1998, p. 3), pois “sonhamos com uma escola que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã”.

Sendo assim, promover o letramento digital como forma de inclusão social é dominar a tecnologia para fins de fomentar a cidadania. Entretanto, o que se observa é que muitas vezes a tentativa de letrar digitalmente está vinculada apenas à utilização de algumas ferramentas da informática, tais como a utilização de algumas ferramentas de sistemas operacionais tais como as do *Windows* e do *Linux* para a produção de tarefas relativas aos estudos ou trabalho. Contudo, o processo de inclusão social por meio do letramento digital não se restringe ao acesso a computadores, ela ocorre pela contínua recepção e produção de informações/conhecimento para tornar os cidadãos aptos a serem agentes ativos desse processo, ou seja, fazer uso da tecnologia para práticas sociais.

Com base na experiência em sala de aula, pode-se afirmar que em alguns casos, quando as escolas são contempladas com computadores ou *tablets*, mas esse processo de inclusão geralente se limita apenas a enviar esses recursos. Em alguns casos não há um acompanhamento adequado para que pudesse proporcionar o devido letramento digital tanto aos alunos quanto aos professores tendo em vista que alguns professores ainda estão presos a tecnologias analógicas, tendo em vista a falta de acesso ou de hábito/formação para usar as novas tecnologias da informação. Este fato é asseverado por Rodrigues, Lopes e Vieira (2014, p. 5 - 6) ao fazerem a seguinte afirmação:

Quando se encontra um professor capacitado os computadores estão com defeitos, o número de computador é insuficiente para o número de alunos, e falta a internet, portanto, quase ou nunca a sala de informática é usada, ou seja nenhuma atividade é desenvolvida com o objetivo de ensinar o educando a usar o computador para fazer uma pesquisa, postar um hipertexto, preparar um blog, interagir com as comunidades virtuais, a ensinar a aprender a aprender, a pensar, a empregar esse conhecimento adquiridos nas práticas sociais, na sua vida no seu crescimento intelectual, para poder tomar decisões sábias capazes de refletir na sociedade no qual está inserido, com proposta inovadoras, livre de preconceitos e de exclusão social e ser inserido na cibercultura.

Observa-se, então, que a utilização de tecnologias pode gerar momentos de ambiguidade quando se trata de promover a inclusão do sujeito na sociedade. Isto se dá porque é necessário um planejamento adequado para a utilização da tecnologia de modo a promover uma prática que gere o aprendizado e a utilização da leitura e da escrita como prática social no ambiente também virtual; além disso, há a necessidade da criação de políticas públicas e educacionais que promovam oportunidades para a geração de resultados também no âmbito educacional, de acordo com as necessidades apresentadas na esfera nacional, mas não seguindo padrões internacionais que não condizem com a realidade brasileira, como é de costume do sistema educacional nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As novas tecnologias que se apresentam abundantemente por meio de softwares, aplicativos, sites etc. devem ser utilizadas para fins de modernização da educação, para a inclusão, e trazer êxito ao processo de ensino-aprendizagem, pois personalizam esse

processo de acordo com as necessidades de cada sala de aula e, conseqüentemente, de cada componente curricular.

Desta forma, deve-se voltar o olhar para o que Zhao et al. (2004, p. 1) chamaram a atenção sobre a “caça mundial ao aprendizado informático”, uma vez que se há “medo irrestrito de perder o trem rápido das TIC rumo à preeminência global”. O sistema educacional deve estar atento a este fato, pois muitos são os países que se destacam pela utilização das tecnologias da informação e comunicação para a promoção de uma sociedade mais igualitária no que concerne à inclusão social/educacional.

Sendo assim, há a necessidade de criar uma infraestrutura que atenda às demandas tecnológicas contemporâneas em consonância com o panorama nacional. O que é afirmado por Demo (2005 apud ALONSO FERNEDA; SANTANA, 2010, p.158), pois se deve “enfrentar o atraso tecnológico para não ficar para trás definitivamente enfrentar o atraso da escola pública, para não permitir que a população seja incluída na margem”. Silveira (2001, p. 16 apud AMARAL, 2013, p. 8 - 9), ao tratar da situação atual dos meios de comunicação e informação a partir da Terceira revolução, corrobora este fato ao afirmar que:

essa revolução não apenas pode consolidar desigualdades sociais como também elevá-las. Pois aprofunda o distanciamento cognitivo entre aqueles que já convivem com ela e os que dela estão apartados. Por outro lado, nada indica que o futuro dessa revolução tecnológica esteja previamente definido por alguma ‘mão invisível’ ou destino historicamente manifesto. A ambigüidade do processo em curso permite lutar por seu direcionamento. Sem luta, é quase certo que o fosso entre info-pobres e info-ricos se alargará.

Vale ressaltar que, mesmo se todos os objetivos forem alcançados para a criação de uma sociedade letrada digitalmente sejam obtidos, o abismo entre as classes sociais pode ser diminuído no que concerne à inclusão educacional e a capacidade do sujeito decodificar a materialização da linguagem de acordo com os diferentes suportes textuais como exercício da cidadania; mas outras desigualdades persistirão, tais como a exclusão sociocultural, pois dependerá da forma como o indivíduo utilizará a tecnologia a seu favor e de acordo com as condições que se apresentarão para si conforme o contexto no qual está inserido; pois nesse processo muitas variáveis estão envolvidas, tais como faixa etária, sexo, situação socioeconômica, região onde habita, entre outras.

Vê-se, assim, que a inclusão social está intrinsecamente relacionada à inclusão digital por intermédio do letramento digital, haja vista que a sociedade atual requer que o

sujeito domine não apenas a linguagem escrita, mas que faça uso dela por meio dos diversos campos semióticos resultantes da constante produção de novos meios de comunicação que ocorre nesse ininterrupto processo técnico-científico característico da sociedade da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, chega-se à conclusão de que é imprescindível proporcionar o letramento digital como forma de inclusão social, dadas as demandas da sociedade contemporânea que exige do agente social o pleno domínio sobre as novas tecnologias.

Com a velocidade de compartilhamento de informações e, conseqüentemente, de construção de conhecimentos que se dá a todo o momento e de forma ininterrupta, o sujeito se encontra na constante necessidade de compreender e poder utilizar socialmente as ferramentas advindas do progresso tecnológico e que estão à disposição do homem, as quais devem ser utilizadas para gerar equidades educacionais e sociais. Observa-se que não se trata mais de promover a igualdade, mas sim a equidade para o exercício da cidadania. Em suas considerações acerca da relação entre inclusão social e a necessidade de promoção da equidade, Nóvoa (2005, p. 220) alega que “[...] é preciso manter a tensão entre a qualidade e a equidade principalmente num período em que a situação econômica tende a valorizar a ‘qualidade total’ em lugar da ‘qualidade para todos’”.

Contudo, o que se pode destacar é que, mesmo com a preconização de promover uma educação inclusiva, ainda há muitas barreiras a serem derrubadas, em especial o que concerne à integração dos sujeitos à sociedade. Mesmo com os esforços para que isso aconteça, talvez por falta de planejamento, estes esforços acabam por acentuar a linha divisória da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E.; SANTANA, G. P. *Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas*. Barbarói. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/GILSOM/AppData/Local/Temp/1289-4971-1-PB.pdf>. Acesso em 10 julho de 2018.

AMARAL, R. G. Democratização, exclusão e desigualdades: a evolução da comunicação social e de seus meios. In: *9º Encontro Nacional de História da Mídia*, 2013, Ouro Preto. GT Historiografia da Mídia, 2013. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=16&ved=0ahUKewj6kvej5PcAhXQylMKHboeAe0QFgiiATAP&url=http%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Ffalar%2Fencontros-nacionais-1%2F9o-encontro-2013%2Fartigos%2Fgt-historiografia-da-midia%2Fdemocratizacao-exclusao-e-desigualdades-a-evolucao-da-comunicacao-social-e-de-seus-meios&usg=AOvVaw17BJT2_wuCfQeIOf96W9uF>. Acesso em 09 de julho de 2018.

AMARAL, R. G. *Mídias digitais interativas: perspectivas de níveis, graus e modelos*. São Paulo, 2009. Dissertação (mestrado em Comunicação e Semiótica) PUC/SP.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 3a.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. V.1.

DEMO, P. **Inclusão digital**: cada vez mais no centro da inclusão social. Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/4/7>>. Acesso em 10 de julho de 2018.

FONSECA, M. C. *LETRAMENTO DIGITAL: uma possibilidade de inclusão social através da utilização de software livre e da educação a distância*; 2005; Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Administração em Redes Linux) - Universidade Federal de Lavras.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. A. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. *ADEUS PROFESSOR, ADEUS PROFESSORA?* Novas exigências profissional. I n: _____. (Org.). *Investigação em educação inclusiva*. Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana, 2007. v. 2.

RODRIGUES, D. *Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento educacionais e profissão docente*. Rio de Janeiro: Cortez, 1998.

RODRIGUES, I. M. C.; LOPES, F. L. F.; VIEIRA, D. F. Letramento e inclusão social na sociedade do conhecimento. In.: *I CINTEDI*, 2014, Campina Grande, 2014. Disponível em <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/cintedi/anais.php>>. Acesso em 09 de julho de 2018.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In.: *26ª Reunião Anual da ANPED – GT Alfabetização, Leitura e Escrita*. Poços de Caldas, de 2003.